

## Outros desenvolvimentos no âmbito do Acesso Livre em Portugal

### 2. Política de Acesso Aberto da FCT

Num contexto em que se estão a definir as políticas do Open Access a nível europeu e internacional para um maior acesso e difusão dos resultados da investigação financiada, surge em Portugal uma proposta de “Política de Acesso Aberto” da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, cuja versão inicial se encontra ainda em discussão.

Este projeto de política define a obrigatoriedade de disponibilização em acesso aberto das publicações resultantes dos projetos de I&D financiados pela FCT num dos repositórios institucionais da rede RCAAP.

A referida política irá aplicar-se às publicações sujeitas a arbitragem por pares e teses de doutoramento que incluam resultados de projetos de I&D financiados total ou parcialmente pela FCT.

Consulte a versão preliminar da Política da FCT em: <http://www.fct.pt/dsi/eciencia/index.phtml.pt>.



## Follow us on...

Siga as nossas novidades em ...

[www.acessolivre.pt/semana](http://www.acessolivre.pt/semana)

Portal RCAAP: <http://www.rcaap.pt/>

Projeto RCAAP: <http://projeto.rcaap.pt/>



<https://www.facebook.com/pages/RCAAP-Reposit%C3%B3rio-Cient%C3%ADfico-de-Acesso-Aberto-de-Portugal/180764005302567>



<https://twitter.com/RCCAP>



<https://blog.rcaap.pt/>

open access<sup>week</sup>  
produção científica em portugal  
o que vai mudar?



Global Event  
October 21 to 27, 2013  
21 a 27 outubro 2013

## Novo enquadramento legal

O Acesso Aberto à informação científica em Portugal tem assistido recentemente a alguns desenvolvimentos, nomeadamente alterações legislativas e uma proposta de "Política de Acesso Aberto" colocada em discussão pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

### 1. O que decreta o Decreto-Lei n.º 115/2013, de 7 de Agosto?

O Decreto-Lei n.º 115/2013, que procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 74/2006 que aprovou o Regime Jurídico dos Graus Académicos e Diplomas do Ensino Superior, regulamenta, no seu Art.º 50 o **Depósito Legal de teses e dissertações em repositórios institucionais**.

### 1.1. Quais as alterações?

O Art.º 50 define como **obrigatório o depósito legal de uma cópia digital** das teses de doutoramento, de outros trabalhos apresentados para obtenção do grau de doutor e das dissertações de mestrado **num repositório integrante da rede RCAAP – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal**.

As teses de doutoramento e outros trabalhos apresentados para obtenção do grau de doutor estão ainda sujeitos ao depósito de um exemplar em papel na Biblioteca Nacional de Portugal.

### 1.2. A que documentos se aplica?

Às teses de doutoramento, às dissertações de mestrado e a outros trabalhos apresentados para conclusão do ciclo de estudos conducente ao grau de doutor.

### 1.3. Em que regime são disponibilizadas as teses e dissertações?

A difusão dos referidos trabalhos científicos, que não sejam objeto de restrições ou embargos, será efetuada em **regime de acesso aberto**.

### 1.4. Como cumprir com o regulamentado no Decreto-Lei n.º 115/2013\*?

As obrigações de depósito atrás referidas **são da responsabilidade de cada estabelecimento de ensino superior que confere o grau** e devem ser cumpridas no prazo de **60 dias** a contar da data de concessão do mesmo.

As Universidades e Institutos Politécnicos deverão criar mecanismos de depósito de todas as teses e dissertações nos seus repositórios institucionais ou, no caso das instituições que ainda não possuem repositório, poderão proceder ao depósito no Repositório Comum do RCAAP.

\* O Decreto-Lei n.º 115/2013 entrará em vigor **após** a publicação da Portaria respetiva.